

Máfia chinesa: audiência é adiada após desaparecimento de testemunhas

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Alice Ketllen | 6 de agosto de 2026



A máfia chinesa voltou ao centro das discussões judiciais após a Justiça de São Paulo adiar a audiência de instrução que investiga o assassinato do comerciante chinês Zhenhui Lin. A sessão, prevista para a última segunda-feira (03/08), foi remarcada para 15 de fevereiro de 2027 porque duas testemunhas protegidas, consideradas fundamentais para o processo, não foram encontradas para prestar depoimento.

O caso tramita há mais de uma década e apura a execução de Zhenhui Lin, morto em janeiro de 2015, na região da Sé, no centro da capital paulista. Segundo a investigação, o comerciante teria sido assassinado após se recusar a continuar pagando propina ao Grupo Bitong, organização apontada como uma ramificação da máfia chinesa que atuava extorquindo comerciantes da região da Rua 25 de Março.

TESTEMUNHAS PROTEGIDAS SÃO CONSIDERADAS ESSENCIAIS AO CASO

Esta seria a quarta audiência de instrução do processo. A juíza Melanie Liesenberg, da 1ª Vara do Júri do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), decidiu adiar novamente a sessão

diante da impossibilidade de localizar duas testemunhas protegidas cuja oitiva é considerada essencial tanto pela acusação quanto pela defesa.

As duas pessoas colaboram com as investigações desde 2017, quando o Ministério Público de São Paulo apresentou a denúncia à Justiça. Antes disso, ambas já haviam prestado informações durante o inquérito conduzido pela Polícia Civil, mas nunca compareceram para depor em juízo.

Na audiência anterior, realizada em 8 de junho, a magistrada determinou a expedição de mandados de intimação e condução coercitiva das testemunhas. Como elas continuaram sem ser encontradas, a nova data foi fixada para fevereiro de 2027.

ASSASSINATO REVELOU ATUAÇÃO DE GRUPO CRIMINOSO

O homicídio de Zhenhui Lin marcou o início das investigações que revelaram às autoridades a atuação de uma organização criminosa formada por integrantes da comunidade chinesa em São Paulo. As investigações apontam que o Grupo Bitong utilizava ameaças e cobranças ilegais para controlar comerciantes, especialmente importadores estabelecidos na região central da cidade.

O suposto líder da organização, Liu Bitong, permaneceu quase oito anos foragido até ser preso pela Polícia Federal, em dezembro de 2024, no estado de Roraima. Atualmente, ele está recolhido no Centro de Detenção Provisória (CDP) I de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo. Mesmo após 11 anos do assassinato, o processo judicial ainda não possui previsão para ser concluído.

DEPOIMENTOS RELATAM ESQUEMA MILIONÁRIO DE EXTORSÃO

Uma das testemunhas protegidas contou às autoridades que foi informada pelo próprio Liu Bitong de que ele havia assumido o comando da organização após a morte do antigo líder. A partir desse momento, segundo o depoimento, começaram as cobranças sistemáticas contra comerciantes.

A testemunha afirmou que trabalhava com importação de mercadorias e era obrigada a pagar R\$ 60 mil por cada contêiner recebido. Caso recusasse, seria impedida de continuar atuando no comércio e poderia ser obrigada a retornar à China.

Entre 2014 e 2015, ela declarou ter desembolsado R\$ 420 mil em dinheiro vivo, referentes a sete carregamentos. Em abril de 2016, ao informar que não possuía mais recursos para continuar efetuando os pagamentos, passou a sofrer ameaças. Segundo o relato, um dos executores da organização afirmou que sequestraria e mataria familiares da vítima. Diante da situação, a comerciante encerrou as atividades de importação e retornou à China em outubro daquele ano.

Ela só voltou ao Brasil quando soube que outras vítimas estavam organizando denúncias contra o grupo criminoso. Em seu depoimento, afirmou desconhecer a existência de outra organização semelhante além da comandada por Liu Bitong e explicou que conhecia tanto vítimas quanto acusados por serem oriundos da mesma província chinesa de Fujian, sem manter relações de amizade ou rivalidade.

OUTRA VÍTIMA RELATOU AMEAÇAS E COBRANÇA DE R\$ 30 MIL

A segunda testemunha protegida informou que chegou ao Brasil

em 2011 e passou a ser extorquida cinco anos depois. Segundo o depoimento, Bo Lin, apontado pelas investigações como um dos principais executores do Grupo Bitong, exigiu o pagamento de R\$ 30 mil sob ameaça de agressão física.

Após efetuar o pagamento, a vítima decidiu deixar o estado de São Paulo por receio de novos ataques. Além dessas duas testemunhas, outras dez vítimas prestaram depoimentos à Polícia Civil sob proteção de identidade. As investigações apontam que todas sofreram extorsões e ameaças entre 2014 e 2017 na região central da capital paulista. Somadas, as cobranças ilegais atribuídas ao Grupo Bitong ultrapassam R\$ 2,7 milhões.

INVESTIGAÇÕES APONTAM EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CRIMINOSAS

As apurações sobre o Grupo Bitong evoluíram para além dos casos de homicídio e extorsão. Reportagens investigativas publicadas em 2025 apontaram indícios de envolvimento de integrantes da organização com tráfico de metanfetamina, comércio ilegal de armas de fogo e crimes relacionados ao golpe do Pix.

As investigações também levantaram suspeitas de que a estrutura da organização permaneceu ativa mesmo após operações policiais e prisões de integrantes. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) indicaram ainda aumento dos casos de extorsão e execuções envolvendo imigrantes chineses na região central de São Paulo após a prisão de suspeitos, muitos dos quais acabaram sendo posteriormente colocados em liberdade.

DEFESA DE BO LIN CONTESTA ACUSAÇÕES

Em nota, a defesa de Bo Lin criticou o novo adiamento da audiência e afirmou que o acusado continua respondendo ao

processo sem que existam provas individualizadas que demonstrem sua participação no homicídio. A advogada Paloma Cassimiro Faustino sustentou que, no momento da execução investigada, seu cliente recebia atendimento médico após ter sido baleado. Segundo ela, não houve apreensão de armas ou qualquer objeto ilícito com Bo Lin.

A defesa acrescentou que nenhuma testemunha ouvida em juízo declarou tê-lo visto armado, efetuando disparos, ameaçando vítimas ou participando do planejamento do crime. Também afirma inexistirem provas periciais, financeiras, audiovisuais ou telemáticas que o vinculem diretamente ao assassinato.

A advogada ainda criticou a ampla exposição do caso na imprensa, questionou a utilização de depoimentos de testemunhas protegidas sem confirmação por provas objetivas e destacou que a barreira linguística enfrentada pelo acusado o coloca em situação de desigualdade durante o processo. Segundo a defesa, Bo Lin deve ser julgado exclusivamente com base nas provas constantes nos autos, sem influência de presunções ou julgamento antecipado pela opinião pública.

Fonte: **Metrópoles** e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
06/08/2026/15:57:52

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)

- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*